



A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL ATRAVÉS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS NO BRASIL APÓS O SURGIMENTO DO SPHAN NA DÉCADA DE 1930.

Jetroluz do Carmo da Luz¹
Nelson Baltrusis²

RESUMO: *Neste artigo, discuto questões sobre as políticas de prevenção dos bens culturais que vem desde o século XV, as propostas de preservação desenvolvidas pelo SPHAN por Rodrigo de Melo na fase heróica de 1937 a 1969 e por Aloísio de Magalhães de 1979 a 1982. Estes dois diretores do SPHAN tiveram destaques devido ao posicionamento frente a esta instituição e por promoverem políticas distintas sobre o conceito de patrimônio cultural e os bens que merecem proteção por parte do Estado.*

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural; Preservação; Conservação; SPHAN; Modernidade.

PRESERVAÇÃO DOS MONUMENTOS

A preocupação em se preservar o patrimônio de um determinado local não é um fato tão recente, desde século XV, percebemos tentativas de defender o patrimônio cultural.

“Sintomaticamente, foi no século XV que ocorreram as primeiras medidas de preservação, empreendidas por papas através de bulas visando à proteção de edificações antigas e cristãs. Também nesse momento ocorreu, no tratamento dos vestígios da antiguidade greco-romana, o cruzamento de três discursos: o da perspectiva histórica, o da perspectiva artística e o da conservação” (FONSECA, 2006, p.56).

A política de preservação do século XV estava intrinsecamente vinculada ao patrimônio da Igreja Católica, não se tinha à inquietação de preservar outros bens materiais ou imateriais. No Brasil a apreensão em preservar o patrimônio cultural foi encontrada no dialogo a seguir,

“Em meados do séc XVIII, D. André de Melo e Castro, Conde de Galveias e vice-rei do Brasil de 1735 a 1749, escreve uma carta ao governador de Pernambuco, Luiz pereira de Andrade para que este impedisse que o Palácio das Torres, obra de Maurício de Nassau, se transformasse em um quartel”. (BORGES, 1999, p.113).

Neste diálogo entre André de Melo e Castro e o Vice-rei nos mostra que os bens culturais são carregados de valores simbólicos e trazem uma sensação de pertencimento para os indivíduos que tem laços culturais próximos. Mesmo de uma forma não tão problematizadora comparado ao olhar contemporâneo esta atitude representa a ansiedade dos indivíduos que eu viveram no período tiveram.

¹ Estudante do curso de História com Habilitação em Patrimônio Cultural da Universidade Católica do Salvador. Bolsista de PIBIC/FAPESB. E-mail: jetroluz@hotmail.com.

² Professor do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador – UCSal. E-mail nelsonb@ucsal.br. Orientador



“Sendo a preservação de monumentos uma atividade necessariamente seletiva, uma constante opção entre o conservar e o destruir ativo ou passivo, no sentido de não impedir a destruição, nela será exercida por determinados agentes e segundo determinados critérios que orientam e também, legítima o processo de atribuição de valores” (FONSECA, 2006, p.53).

A sociedade contemporânea desenvolveu muito desde o século XVIII e, com isto, trouxeram novas reflexões e um novo olhar para os bens culturais. Legislações foram criadas para salvaguardar o direito e a preservação dos monumentos, museus, igrejas, em fim do patrimônio material. Cotidianamente, temos uma preocupação em preservar o patrimônio imaterial que são as festas religiosas, os saberes etc. Mas até chegarmos a esta concepção de patrimônio material e imaterial³ muitas transformações ocorreram e a proposta deste artigo é estudar estas transformações.

Desde o Renascimento passou-se a priorizar os bens culturais da Igreja Católica como referencial a ser preservado e transmitido às gerações posteriores.

“Se, no caso da tradição cristã, foi a Igreja a guardiã dos objetos de culto e gestora de sua transmissão, o que chamamos patrimônio só vai constituir-se efetivamente como corpus de bens a serem cultuados, preservados e legados para uma coletividade, em função de valores leigos, como os valores históricos e artísticos, e enquanto referência a uma identidade nacional”. (FONSECA, 2006, p. 55).

Como já dito anteriormente, o patrimônio cultural da Igreja Católica foram os primeiros a receberem uma atenção e políticas de intervenção para que a memória destes bens fosse salvaguardada e as gerações futuras desfrutassem de uma identidade cultural em comum.

No século XIX duas correntes distintas travaram uma discussão sobre o procedimento adequado para preservação, conservação e restauro. Uma liderada pelo inglês Viollet-Le-Duc que tinha formação acadêmica na área de engenharia e partia do pressuposto que era necessário intervir nos monumentos através de técnicas de restauro para preservar o patrimônio cultural.

Já John Ruskin defendia uma postura mais de conservação sem interferência nos monumentos.

“A maior glória de uma edificação não está em suas pedras, ou no ouro que possa conter. Sua glória está na idade. Ético mais que estético, o valor do monumento histórico para Ruskin é o valor de piedade. Tudo que é manifestação do esforço humano deve se objeto de referencia, daí seu intuito de preservar não apenas os monumentos excepcionais, como também o mundo domestico e o do trabalho (...) já em 1854, Ruskin propunha a criação de uma organização européia de proteção dos monumentos históricos”. (FONSECA 2006, p. 63)

³ - Me refiro a definição que o IPHAN utiliza. A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial às práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Não concordo totalmente com alguns pontos, acredito que o conceito utilizado pelo IPHAN não contempla as diversidades e especificidades do Patrimônio Imaterial e, também, do Patrimônio Material. Adler Homero no artigo Patrimônio Imaterial: problema mal posto, pontua algumas críticas acerca do posicionamento e os critérios utilizados pelo IPHAN no que tange o conceito e definição de Patrimônio Cultural e sobre os critérios utilizados para registrar os bens culturais.



CONTEXTO HISTÓRICO

A década de 30 foi marcada por diversos conflitos sociais e disputa acirrada pelo poder. A velha estrutura dominante e agrária que detinha o controle político e social perdeu a influência no cenário político brasileiro. Esta elite permaneceu no poder no período de 1889 até 1930 quando Vargas toma a frente do panorama político brasileiro e uma nova perspectiva ideológica e conceito de modernização é inserido no Brasil. É importante perceber que esta nova elite social que ascende ao poder a partir de 30 tinha perspectivas bem distintas da elite agrária e uma nova opinião sobre identidade cultural passou a ser difundido na Era Vargas. O patrimônio cultural passou a ser mais um dos recursos utilizados para fins ideológicos do governo de Vargas.

O governo de Vargas foi marcado pelo surgimento de diversos órgãos tais como, o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional de Teatro, o Instituto Nacional de Cinema Educativo e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional SPHAN entre outros. No campo da educação a USP foi criada em 1934, em 1933 surgiu, no Estado de São Paulo, a Escola de Sociologia e Política e em 1935 a Universidade do Distrito federal. Com o desenvolvimento deste aparato foi possível criar uma estrutura acadêmica favorável para o desenvolvimento de idéias autoritárias, e forjar uma identidade nacional brasileira.

Esta tentativa de se forjar uma identidade coletiva não é algo que nasceu na Era Vargas, José de Murilo de Carvalho em *À Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil* informa após a Proclamação da República houve-se uma tentativa de criar uma identidade cultural brasileira e um dos mecanismos utilizados pelos positivistas foi à construção de monumentos e estatuas para construir uma memória coletiva da República.

“A vertente positivista deixou sua marca em vários monumentos republicanos, salientando-se os dedicados a benjamim Constant, localizado na praça da República, no Rio e Janeiro; a Floriano Peixoto, na Cinelândia, também no Rio; e a Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, todas obras positivistas (...) semelhantes na concepção, os três constituem verdadeiros discursos políticos. Obedecem não só às idéias políticas e filosóficas de Comte mas também as suas concepções, segundo as quais a arte deve ser idealização da realidade, a exaltação do lado altruísta e afetivo do ser humano deve promover o culto cívico da família, da pátria e da humanidade”. (CARVALHO, 2005, P. 42).

Neste livro, Carvalho discorre que houve uma disputa acirrada entre Benjamim Constant, Quintino Bocaiúva e Deodoro da Fonseca para se tornar o principal responsável pela Proclamação da República.

Um fato relevante que desencadeou nesta nova concepção sobre o patrimônio cultural foi a Semana de Arte Moderna.

“Papel importante no processo de valorização desses bens os intelectuais do movimento Modernista que apesar das influências estrangeiras, tentaram atualizar o pensamento e fixar novos marcos para a produção de arte no Brasil. Voltam-se para o passado e para a realidade do país, procurando nas raízes a sua identidade. O Brasil crescia e se modernizava em diversos setores e necessitava de uma atualização de sua história bem como” naturaliza-se brasileiro” em meio a um surto nacionalista, nosso passado foi reinterpretado e exaltado como digno de ser preservado enquanto elo de ligação com o futuro”. (BORGES, 1999 P. 37).



Daniel Faria no artigo, Makunaima e Macunaíma: entre a natureza e a história, trás uma discussão sobre a obra de Mário de Andrade, Macunaíma: o herói sem nenhum caráter. Faria analisa da forma como Andrade ver os aspectos geográficos da região norte-nordeste, sua tentativa de enaltecer o nordestino esboçando-o como herói nacional e a mentalidade civilizatória de Mário de Andrade.

Nas viagens de Mário de Andrade pelo norte e nordeste do Brasil, Assuntos estéticos, políticos literários e científicos estavam relacionados Configurando, assim, mais uma vez, uma proposta civilizacional (...) Livro fundamental da tradição modernista, publicado em 1928, foi intensamente elogiado por críticos, tanto por se tratar de uma das prosas mais bem acabadas da literatura brasileira, como por se inscrever no quadro das tentativas de simbolização-invenção da identidade nacional brasileira.(FARIA, 2006, p. 268).

No contexto mundial, este período foi caracterizado pelo domínio dos regimes autoritários, na Alemanha com o nazismo, na Itália com o fascismo, em Portugal, Espanha e outros países.

Mesmo diante deste cenário político autoritário, autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Gilberto Freyre⁴ dentre outros se destacaram e desenvolveram produções historiográficas que eram bem distintas das idéias desenvolvidas pelos intelectuais conservadores como Oliveira Viana, Fernando de Azevedo e Gustavo Capanema que eram adeptos do regime de Vargas.

Casa grande e senzala de Gilberto Freyre foi um livro revolucionário para o período em que foi escrito, mas posteriormente sua obra recebeu muitas criticas. Mesmo assim, continua sendo uma obra relevante para compreendermos algumas questões sobre a identidade cultural brasileira.

“Gilberto Freyre introduziu na literatura sobre o Brasil a vida cotidiana, a família, a cozinha, a vida sexual, os maus hábitos, ou os bons (...) Gilberto Freyre descreve uma história social, às vezes idílica, mas quando idílica não corresponde a uma pesquisa ou a dados documentais a referencia analítica abrange aspectos antropológicos do cotidiano”. (CARDOSO, 1993, p. 24).

Já Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil” analisa as contribuições do mundo Ibérico na formação da estrutura política e social do Brasil.

“Seu livro é radicalmente democrático e faz também a critica da liberal-democrática cabocla, mostrando que ela era outra forma de poder pessoal disfarçada em belas palavras, perfeitamente assimiláveis pela elite de poder no Brasil (...) Raízes do Brasil faz a critica da democracia liberal a partir do ponto de vista democrático, não a partir de um ponto de vista conservador e muito menos fascista ou comunista, ideologias repelidas pelo autor durante toda sua vida e que estavam na moda quando o livro foi escrito”. (CARDOSO, 1993, p. 30).

Caio Prado Junior que foi um dos primeiros historiadores marxistas do Brasil. Sua produção historiográfica foi caracterizada por uma interdisciplinaridade sendo possível

⁴ - Mais informações ver o artigo de Fernando Henrique Cardoso. Livros que inventaram Brasil.



identificar nas suas produções acadêmicas conhecimentos geológicos e geográficos. Na atualidade, este autor sofre críticas por não utilizar fontes primárias em seus escritos.

“Caio Prado, que era bastante rico, sempre viajou, sempre andou pelo interior, tanto do Brasil quanto da Europa e da América Latina, as noções que transmite nos livros não advêm propriamente do que leu em outro autor, mas também do que ele viu (...) na verdade Caio Prado Junior tomou as fontes secundárias e deu vida e significação interpretativa mais ampla e elas foram capazes de oferecer um vasto e novo quadro do Brasil”. (CARDOSO, 1993, p. 32).

SPHAN

O SPHAN Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 1937 através do decreto presidencial e estava subordinado ao Ministério da Educação e da Saúde que era administrado por Gustavo Capanema. Mas o anteprojeto foi desenvolvido por Mário de Andrade em 1936,

“A noção de bem cultural, criada por Mário de Andrade no anteprojeto é na realidade bem mais ampla do que a adotada pelo Estado no decreto-lei n° 25/37 (...). Dessa forma, não só os bens enquanto produtos deveriam ser preservados, mas também o processo pelo qual tal objeto é construído”. (BORGES, 1999, p. 125).

Este anteprojeto elaborado por Mário de Andrade tinha perspectivas mais abrangentes do que a política de proteção aos bens culturais adotada pelo governo Vargas. O anteprojeto discutia questões sobre o patrimônio imaterial, sobre o conhecimento transmitido de geração em geração e aspectos relacionados ao processo cultural do Brasil. Mas como estes pontos não contemplavam a ideologia política que era difundida neste período, sendo assim estes temas não foram priorizados pelo governo nessa época.

O patrimônio edificado como Igrejas, estatuas, museus por representar os anseios e a ideologia vigente foram os mais privilegiados com políticas de tombamento, preservação e conservação. É importante não perder de vista que o SPHAN surgiu no bojo de um período marcado por vicissitudes que priorizavam criar uma identidade cultural e um nacionalismo proveniente da Era Vargas.

Podemos analisar o desenvolvimento do SPHAN em três fases a primeira de 1937 até 1969 que teve como diretor Rodrigo de Melo e a segunda fase de 1969 até 1979 que teve como representante Renato Soeiro que não teve muito destaque e de 1979 a 1982 com Aloísio de Magalhães. Rodrigo de Melo e Aloísio de Magalhães foram os principais ícones do SPHAN e traçaram políticas bem distintas em relação ao processo de preservação, conservação e definição do que seria patrimônio cultural. É importante perceber que Rodrigo de Melo viveu em um período caracterizado pelo autoritarismo, nacionalismo e outras características que foram bem distintas da época de Aloísio de Magalhães que estava em um contexto de abertura gradual da ditadura militar.



A POLÍTICA DE RODRIGO DE MELO NO SPHAN

Rodrigo de Melo fez parte da elite intelectual conservadora do período que se identificava com as idéias do regime de Vargas. Era formado em direito e desenvolvia produções literárias.

“Seu nome, no entanto estava associado a atividades literárias e aos círculos artísticos e literários modernistas dos anos vinte e trinta. Enquanto um escritor, suas atividades incluíam crítica literária, crítica de arte e pesquisa históricas sobre arte e arquitetura colonial brasileira. Além disso, publicou um livro de contos, *Velórios*, que embora considerado um trabalho de excelente qualidade pelos críticos, foi o único de sua carreira”. (GONÇALVES, 1996, P. 43).

O discurso de Rodrigo de Melo é caracterizado por uma forte influência das idéias positivistas que era algo muito comum no período.

“Apesar de ser uma filosofia criada na França, o positivismo teve muito mais sucesso no Brasil que no seu país de origem. Tão forte foi o positivismo no Brasil que, até hoje, existe o que é chamado de arquitetura positivista, referindo-se aos prédios que foram mandados construir por aqueles que estavam no poder durante a República Velha (1889-1930). Há mesmo cidades, como rio de Janeiro e Porto Alegre, onde ainda existem templos positivistas”. (OLIVEN, 2001, p. 4).

Então sua política foi em prol de um modernismo que tinha objetivo de civilizar a população.”*No discurso de Rodrigo de Melo, a civilização é narrada como o resultado de um processo universal de evolução, desde os estágios mais primitivos até os mais avançados*“(GONÇALVES, 1996, p.46). Sua concepção de patrimônio estava ligada a uma narrativa evolucionista onde retornava ao Brasil colonial trazendo as matrizes africanas, indígenas e européias como a formadora da identidade cultural brasileira”.

Nesta fase do SPHAN, acredito, que a imagem de Rodrigo de Melo exacerbada com o principal responsável pelo patrimônio cultural brasileiro e um mito sobre sua dedicação e responsabilidade é difundida.

“ Sua imagem pública é a de um funcionário público, uma espécie de humilde e silencioso herói. Ele, pessoalmente, desaparece de modo a destacar a importância da “causa” que defende. Sua vida privada é narrada como um sacrifício em favor do patrimônio. Suas possibilidades como escritor, como jornalista ou advogados são todas sacrificadas em favor da “causa”. Suas ambições, em termo de uma carreira pública são descartadas. Ele trabalha até a véspera do dia de sua morte”.(GONÇALVES, 1996 P.49)

A FASE POLÍTICA DE ALOÍSIO DE MAGALHÃES SOBRE A DIREÇÃO DO SPHAN

O período em que o SPHAN ficou sobre direção de Aloísio de Magalhães de 1979 a 1982 foi caracterizado por uma nova visão sobre questões referentes ao patrimônio cultural. O próprio conceito de patrimônio foi revisto e ampliado para “bens culturais”,

“Quando usa a noção de “cultura brasileira” ele destaca que a noção de “bens culturais”, tal como a usa, existe no contexto da vida cotidiana da população.



Além disso, assinala a importância de um contato direto entre os profissionais do patrimônio cultural existente no contexto da sociedade brasileira. No entanto, acredita que além dessa diversidade, existe uma cultura brasileira que é integrada, contínua e regular”. (GONÇALVES, 1996, p.52).

Aloísio de Magalhães além de trazer uma nova interpretação sobre o patrimônio cultural brasileiro que deve levar em conta as manifestações culturais produzidas pela nação inclui aspectos que não exclusivos a vertente de arte e arquitetura colonial que era priorizada por Rodrigo de Melo,

“Segundo Aloísio, monumentos e obras de arte são considerados como um tipo especial de bens culturais –“bens patrimoniais”- que são primordialmente associados à “alta cultura” e ao passado histórico e artístico. Eles devem merecer, tanta atenção quanto quaisquer outros bens culturais, mas não deveriam ser privilegiados numa política nacional de patrimônio cultural. Diferentes formas de “cultura popular” são valorizadas e opostas à assim chamada alta cultura: arte e arquitetura popular; diferentes tipos de artesanatos; religiões, populares; culturas étnicas; esportes, festas populares”. (GONÇALVES, 1996 P. 56).

Sendo assim, seu olhar é voltado para a diversidade e pormenores do processo cultural brasileiro. Contemplando, ações afirmativas, no intuito de compreender outras questões sobre a identidade cultural brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, discuti o percurso de como determinados bens, especificamente, o Patrimônio Cultural pertencente à Igreja Católica que foram, os primeiros bens culturais, contemplados com políticas de preservação, desde o século XV. Acredito que esta apreensão, medievalista, em se preservar um determinado bem cultural e excluir outros deste processo está imbuído uma perspectiva ideológica de transmitir estas experiências às gerações futuras.

Em seguida, comentei sobre as políticas de preservação desenvolvidas pelo SPHAN que privilegiou o patrimônio edificado como museus, igrejas, prédios estatais e monumentos. Não atendendo, a uma parte do anteprojeto de Mario de Andrade escrito em 1936, onde abrangia aspectos do patrimônio imaterial.

Trouxe algumas questões sobre o contexto político-social dos anos 30 que é relevante para compreender as políticas adotadas pelo 1º diretor do SPHAN, Rodrigo de Melo, quando esteve na direção desta instituição no período de 1937 a 1969. Discorri, brevemente, sobre a direção de Aloísio de Magalhães que teve perceptivas distintas em relação ao conceito de Patrimônio Cultural e que deve ser enquadrado como Patrimônio Cultural brasileiro.

Penso que a seleção do que deve ser incorporado como Patrimônio Cultural brasileiro, necessita fluir da espontaneidade da sociedade que a produziu, e não de escolhas, muitas vezes arbitrárias, desconectada da realidade social de muitos brasileiros ou até mesmo com o viés ideológico de criar uma identidade nacional coletiva através dos monumentos históricos.⁵

⁵ - Faço referência ao artigo de Hendrik Kraay “Frio como a pedra de que se há de compor”: caboclos e monumentos na comemoração da Independência na Bahia, 1879-1900. O autor faz uma discussão sobre o monumento histórico situado na praça do Campo Grande em Salvador, criado em 2/07/1895 para ser símbolo de referência a festa de 2 de Julho. A construção destes monumentos e outro como a estatua de D. Pedro criada em



Esta forma de escolha imposta de cima, pelas autoridades, faz com que alguns monumentos históricos não tenham valor de pertencimento e valor simbólico para grande parte da sociedade. Não estou querendo dizer que se devam destruir os monumentos históricos, muito pelo contrario, creio que a baixa escolaridade da população brasileira, possivelmente, é um dos principais problemas para a falta de reconhecimento destes locais de memória.

REFERÊNCIAS

BORGES, Célia Maia. Patrimônio e Memória Social: a formação da política de Preservação de bens históricos no Brasil e a construção do imaginário coletivo. Revista LOCUS, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 113-125, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique. Livros que inventaram Brasil. 1993

CASTRO, Adler Homero Fonseca. Patrimônio Imaterial: problema mal posto. Revista Diálogos (Maringá), v. 3, p. 97-116, 2006.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 3ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

FONSECA, Maria Cecília. Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ºed. Rio de Janeiro: URFJ; SPHAN, 2005.

FARIA, Daniel. Makunaima e Macunaíma: entre natureza e história. Revista Brasileira de História, v. 26, p. 263-280, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.

KRAAY. Hendrik. “Frio como a pedra de que se há de compor”: caboclos e monumentos na comemoração da Independência na Bahia, 1879-1900. Revista Tempo, Rio de Janeiro, v. 14, 2002.

OLIVEN, Ruben George. Cultura e Modernidade no Brasil. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, p. 51-81, 2001.

1862, que representava o momento da independência, estavam de acordo com as perspectivas de modernização, civilização e principalmente a busca de uma referencia nacional coletiva.